



Art. 3º A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste Ato, manifestar por escrito sua inconformidade com relação à exclusão, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e do artigo 39 da Lei Complementar nº 123/2006.

Parágrafo único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE GALARDINOVIC RIBEIRO

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

Cancela Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA DELEGACIA EM SANTOS, no uso das atribuições, com base nos arts. 302 e 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no DOU de 17/05/2012, e o art.15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, publicada no DOU de 03/10/2014, declara:

Art. 1º - Cancela, por erro em sua emissão, a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros, da CEI: 51.234.40792/60, MARCOS AURELIO DOMINGOS DE SOUZA E OUTRO, dossiê cadastrado: 10010.04483/0917-74, número: 000772016-88888792, emitida em 08/04/2016.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir da data da emissão da referida Certidão.

FRANCISCO CARLOS SERRANO

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 63, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

Declaração de nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por ter sido constatado vício no ato de inscrição.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ORA SIGNATÁRIO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do Artigo 243 e IX do Artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17/05/2012, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto no Artigo 35, inciso II e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), número 09.399.877/0005-03, pertencente a LEVARE TRANSPORTES (filial Ribeirão Preto), por ter sido constatado VÍCIO na inscrição, em acatamento ao constante do Dossiê nº 10070.000743/0917-23.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral (03/08/2016).

GRIGOR HAIG VARTANIAN  
Chefe

## DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 91, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

Declara inaplicação de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, matricula SIAPECAD nº 1653965, no exercício da competência delegada pelo art. 1º, inciso III da Portaria Delex nº 123, de 5 de julho de 2016, publicada no DOU de 11 de julho de 2016, que altera a Portaria Delex nº 5, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 03/02/2014, resolve:

Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no art. 81, § 1º da Lei nº 9430/96 c/c art. 40, inciso III, da IN RFB nº 1.634/2016, por irregularidade em operações de comércio exterior, por não restar comprovada a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência dos recursos empregados em operações de comércio exterior, e tudo o mais que consta no processo administrativo abaixo mencionado:

Empresa: Trevo - Comercial Importadora e Exportadora LTDA. - EPP

CNPJ: 08.935.163/0001-78

Processo: 10314.721805/2017-67

Declara-se a inidoneidade dos documentos fiscais emitidos pela empresa a partir de 13/01/2012, data da primeira operação de importação para a qual a empresa não logrou comprovar a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência dos recursos empregados, conforme disposto no art. 47, § 3º, inciso II da IN RFB nº 1.634/2016.

ANDREA CRISTINA FUJII

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 92, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

Declara inaplicação de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, matricula SIAPECAD nº 1653965, no exercício da competência delegada pelo art. 1º, inciso III da Portaria Delex nº 123, de 5 de julho de 2016, publicada no DOU de 11 de julho de 2016, que altera a Portaria Delex nº 5, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 03/02/2014, resolve:

Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no art. 81, § 1º da Lei nº 9430/96 c/c art. 40, inciso III, da IN RFB nº 1.634/2016, por irregularidade em operações de comércio exterior, por não restar comprovada a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência dos recursos empregados em operações de comércio exterior, e tudo o mais que consta no processo administrativo abaixo mencionado:

Empresa: Eco Fish Comercial Importadora e Exportadora Eireli - EPP

CNPJ: 06.279.337/0001-66

Processo: 10314.721806/2017-10

Declara-se a inidoneidade dos documentos fiscais emitidos pela empresa a partir de 03/08/2012, data da primeira operação de importação para a qual a empresa não logrou comprovar a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência dos recursos empregados, conforme disposto no art. 47, § 3º, inciso II da IN RFB nº 1.634/2016.

ANDREA CRISTINA FUJII

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 94, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

Declara inaplicação de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

PATRICIA CORREA BARROS, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, matricula SIAPECAD nº 1654443, no exercício da competência delegada pelo art. 1º, inciso III da Portaria Delex nº 123, de 5 de julho de 2016, publicada no DOU de 11 de julho de 2016, que altera a Portaria Delex nº 5, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 03/02/2014, resolve:

Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no art. 81, §5º, da Lei nº 9.430/96 c/c o art. 40, inciso II e art. 42, inciso II, da IN RFB nº 1.634/2016, por sua não localização no endereço constante nos cadastros da Receita Federal do Brasil, e tudo o mais que consta no processo administrativo abaixo mencionado:

Empresa: MAXIMA IMPRESSAO IMPORT DISTRIBUIDORA LTDA - ME

CNPJ: 67.280.453/0001-90

Processo: 10314.722.657/2017-06

Declara-se a inidoneidade dos documentos fiscais emitidos pela empresa a partir da data de publicação deste ADE

PATRICIA CORREA BARROS

## DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

### SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.057, DE 26 DE AGOSTO DE 2017

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias  
GRAU DE INCIDÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORATIVA DECORRENTE DOS RISCOS AMBIENTAIS DE TRABALHO. ALÍQUOTA GILRAT. ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL. ATIVIDADE PREPONDERANTE. CÓDIGO CNAE. CADASTRO CNPJ. AUTONOMIA.

A atividade econômica principal da empresa que define o código CNAE principal a ser informado no cadastro CNPJ, não se confunde com a atividade preponderante do estabelecimento (matriz ou filial), atividade esta que é utilizada para se determinar o grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho (GILRAT).

Para fins do disposto no art. 72, §1º, I da IN RFB nº 971, de 2009, devem ser observadas as atividades efetivamente desempenhadas pelos segurados empregados e trabalhadores avulsos, independentemente do objeto social da pessoa jurídica ou das atividades descritas em sua inscrição no CNPJ.

O enquadramento do estabelecimento no correspondente grau de risco é uma responsabilidade da empresa, e deve ser feito mensalmente, de acordo com sua atividade econômica preponderante.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 90, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

Dispositivos Legais: inciso II, art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; art. 202 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; art. 72 da IN RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009; art. 22 da IN RFB 1.396, de 16 de setembro de 2013.

KARINA ALESSANDRA DE MATTERA GOMES  
Chefe da Divisão

### SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.058, DE 1º DE AGOSTO DE 2017

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep  
EXPORTAÇÃO. SUSPENSÃO. FRETE. SUBCONTRATAÇÃO.

A suspensão da incidência da Contribuição para o PIS/Pasep sobre as receitas de frete contratados por pessoa jurídica preponderantemente exportadora, prevista no § 6º-A do art. 40 da Lei nº 10.865, de 2004, não alcança as receitas de frete obtidas por transportador subcontratado para a execução dos serviços de transporte.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966, art. 111; Lei nº 10.637, de 2002, art. 5º; Lei nº 10.865, de 2004, art. 40, e Lei nº 11.033, de 2004, art. 17.

VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 341, de 26 DE JUNHO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) DE 27 DE JULHO DE 2017.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins  
EXPORTAÇÃO. SUSPENSÃO. FRETE. SUBCONTRATAÇÃO.

A suspensão da incidência da Cofins sobre as receitas de frete contratados por pessoa jurídica preponderantemente exportadora, prevista no § 6º-A do art. 40 da Lei nº 10.865, de 2004, não alcança as receitas de frete obtidas por transportador subcontratado para a execução dos serviços de transporte.

VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 341, de 26 DE JUNHO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) DE 27 DE JULHO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966, art. 111; Lei nº 10.833, de 2003, art. 6º; Lei nº 10.865, de 2004, art. 40, e Lei nº 11.033, de 2004, art. 17.

KARINA ALESSANDRA DE MATTERA GOMES  
Chefe da Divisão

### SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.059, DE 8 DE AGOSTO DE 2017

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep  
OPERAÇÃO BACK TO BACK. INCIDÊNCIA.

A receita decorrente de operação "back to back", isto é, a compra e a venda de produtos estrangeiros, realizada no exterior por empresa estabelecida no Brasil, sem que a mercadoria transite fisicamente pelo território brasileiro, não caracteriza operação de exportação e, por conseguinte, não está abrangida pela não incidência da Contribuição para o PIS/Pasep de que trata o art. 5º da Lei nº 10.637, de 2002. A base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep na operação "back to back" corresponde ao valor da fatura comercial emitida para o adquirente de fato (pessoa jurídica domiciliada no exterior).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 306, de 14 DE JUNHO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) DE 27 DE JULHO DE 2017.

Dispositivos Legais: arts. 1º e 5º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002; art. 37 da Instrução Normativa RFB nº 1.312, de 28 de dezembro de 2012; art. 28 da Circular BC nº 3.691, de 16 de dezembro de 2013; e art. 481 do Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

OPERAÇÃO BACK TO BACK. INCIDÊNCIA.

A receita decorrente de operação "back to back", isto é, a compra e a venda de produtos estrangeiros, realizada no exterior por empresa estabelecida no Brasil, sem que a mercadoria transite fisicamente pelo território brasileiro, não caracteriza operação de exportação e, por conseguinte, não está abrangida pela não incidência da Cofins de que trata o art. 6º da Lei nº 10.833, de 2003. A base de cálculo da Cofins na operação "back to back" corresponde ao valor da fatura comercial emitida para o adquirente de fato (pessoa jurídica domiciliada no exterior).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 306, de 14 DE JUNHO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) DE 27 DE JULHO DE 2017.